

APOSTILA DE SOCIOLOGIA

1º ANO

2. Cultura, Diversidade e Identidade

Prof. Renato Fialho Jr.

Aluna(o): _____

Turma: _____

“Nas ruas de Berlim sob o nazismo multidões ensandecidas julgavam e puniam seus adversários. Turbas envenenadas pela propaganda estimulavam a perseguição aos dissidentes, condenados aos campos de concentração, independentemente de culpa, mas simplesmente por serem judeus, comunistas ou homossexuais”.

(Roberto Amaral. Cientista político brasileiro)

OBS: Esta apostila será utilizada no decorrer do 2º Bimestre de 2018.

A ideologia Alemã

Karl Marx e Friedrich Engels

(Trechos extraídos da edição da Boitempo)

MATERIALISMO E HISTÓRIA

Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história ele não é materialista. Nele, materialismo e história divergem completamente... Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos, devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. Mesmo que o mundo sensível, como em São Bruno, seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado. A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça. Isto, como é sabido, jamais foi feito pelos alemães, razão pela qual eles nunca tiveram uma base terrena para a história e, por conseguinte, nunca tiveram um historiador...

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. Por aqui se mostra, desde já, de quem descende espiritualmente a grande sabedoria histórica dos alemães, que, quando lhes falta o material positivo e quando não se trata de discutir disparates políticos, teológicos ou literários, nada nos oferecem sobre a história, mas sim sobre os 'tempos pré-históricos', contudo sem nos explicar como se passa desse absurdo da 'pré-história' à história propriamente dita - ainda que, por outra parte, sua especulação histórica se detenha em especial sobre essa 'pré-história', porque nesse terreno ela se crê a salvo da interferência dos 'fatos crus' e, ao mesmo tempo, porque ali ela pode dar rédeas soltas aos seus impulsos especulativos e produzir e destruir milhares de hipóteses.

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que

renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar - a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. **Essa família**, que no início constitui a única relação social, **torna-se mais tarde**, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, **uma relação secundária** (salvo na Alemanha) e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o 'conceito de família', como se costuma fazer na Alemanha. Ademais, esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, a fim de escrever de modo claro aos alemães, como três 'momentos' que coexistiram desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla -, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social - modo de cooperação que é, ele próprio, uma 'força produtiva'. - que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a 'história da humanidade' deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas... Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens - uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma 'história', sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos.

Somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também 'consciência'. Mas essa também não é, desde o início, consciência 'pura'. O 'espírito' sofre, desde o início, a maldição de estar 'contaminado' pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente;

ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) - e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam, constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. Esse começo é algo tão animal quanto a própria vida social nessa fase; é uma mera consciência gregária, e o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente. Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento posteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou 'naturalmente'.

DIVISÃO DO TRABALHO E PROPRIEDADE PRIVADA

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real - a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. 'puras'.

(...) Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um único resultado: que esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material - de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo - caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida (=superada, atingindo o supressumo, o cume)...

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de

seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas - numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade.

DIVISÃO DO TRABALHO E COMUNISMO

Além disso, com a divisão do trabalho, dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente; e, sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como 'interesse geral', mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. (...) Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida - ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isso, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado.

DIVISÃO DO TRABALHO E ALIENAÇÃO

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. Essa 'alienação', para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob

dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder 'insuportável', quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente 'sem propriedades' e ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento - e por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundície acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa 'sem propriedade' (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente indivíduos empiricamente universais, históricos mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais... O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação 'repentina' e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento.]

(...) No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) - e ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe...

AS IDEIAS DOMINANTES

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das

relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

SOCIEDADE CIVIL

A palavra sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista.

IDEOLOGIA

A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta do seu processo de vida imediatamente físico.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência...

Uma questão de método

I. O MÉTODO METAFÍSICO

a) suas características

Compramos um par de sapatos amarelos. Ao fim de certo tempo, depois de muitos consertos, troca de solas, saltos, substituição de outras peças etc., dizemos ainda: «vou calçar os sapatos amarelos» sem percebermos que já não são mais os mesmos. Esquecemo-nos das modificações sofridas pelos sapatos e a eles nos referimos como se não tivessem sofrido modificação alguma, como se permanecessem idênticos.

Este exemplo vai-nos ajudar a compreender o que é o método metafísico. Segundo expressão de Engels, o método metafísico considera as coisas «como feitas em definitivo», como imutáveis. Escapam a ele o movimento e, bem assim, as causas da modificação.

O modesto par de sapatos ficará bem longe, para trás, e já não nos servirá de exemplo quando fizermos um estudo histórico da metafísica. Mostremos, simplesmente, que a palavra «metafísica» vem do grego *meta* (que se pode interpretar como significando para além) e *física* (ciência da natureza). O objeto da metafísica, principalmente para Aristóteles, era o estudo do ser, que se encontra para além da natureza. Enquanto a natureza é movimento, o ser do além (ser sobrenatural) é imutável, eterno. Alguns o chamam Deus, outros, o Absoluto. Os materialistas, que se apoiam exclusivamente na ciência, consideram esse ser como imaginário. Mas, como os gregos antigos não podiam explicar o movimento, pareceu necessário a alguns de seus filósofos estabelecer, para além da natureza em movimento, um princípio eterno.

Quando falamos em método metafísico, estamos, com essa expressão, querendo significar um método que ignora ou desconhece a realidade do movimento e da transformação. Não ver que os sapatos já não são os mesmos é uma atitude metafísica. A metafísica ignora o movimento, em favor do repouso, a transformação, em favor do idêntico. «Nada há de novo sob o Sol», diz ela. Acreditar que o capitalismo é eterno, é raciocinar metafisicamente; acreditar que os males e os vícios (corrupção, egoísmo, crueldade. etc.), engendrados e mantidos entre os homens pelo capitalismo, existirão sempre, também é metafísico. Para o metafísico, o homem é eterno, logo, é imutável.

Por quê? Porque separa o homem do seu meio, a sociedade. O metafísico diz: «De um lado, o homem, do outro, a sociedade. Se destruídes a sociedade capitalista, tereis uma sociedade socialista. E então? O homem continuará sendo o homem». Com isso atingimos o segundo traço da metafísica: separar,

arbitrariamente, o que é inseparável, na realidade. O homem é, com efeito, um produto da história das sociedades: o que ele é não se realiza fora da sociedade, mas por intermédio dela. O método metafísico separa arbitrariamente, o que está unido na realidade. Ele classifica as coisas em definitivo. Ele diz, por exemplo: de um lado, a política, do outro, o sindicato. É verdade que a política e o sindicato são duas coisas. Mas, a experiência da vida nos mostra que, política e sindicato nem por isso, são menos inseparáveis. O que se passa no sindicato influi sobre a política; inversamente, a atividade política (Estado, partidos, eleições etc.) repercute no sindicato.

A preocupação de separar leva o metafísico, em todas as circunstâncias, a raciocinar assim: «Uma coisa é, ou bem isto, ou bem aquilo. Ela não pode ser, ao mesmo tempo, isto e aquilo». Exemplos: a democracia não é ditadura; a ditadura não é democracia. Onde, um Estado é, ou bem democracia, ou bem ditadura. Mas, o que nos ensina a vida? Ensina-nos que o mesmo Estado pode ser, ao mesmo tempo, ditadura e democracia. O Estado burguês (por exemplo, os Estados Unidos) é democracia para a minoria dos grandes financistas, que têm todos os direitos, todo o poder; é ditadura para a maioria, para os pequenos, cujos direitos são ilusórios. O Estado popular (por exemplo, a China) é ditadura em relação aos inimigos do povo, à minoria exploradora, escoraçada do poder pela violência revolucionária; é democracia para a imensa maioria, para os trabalhadores libertados da opressão.

Em resumo, o metafísico, porque define as coisas em definitivo (elas continuarão sendo sempre o que são), e porque, ciosamente, as isola, é levado a opor umas às outras, como absolutamente inconciliáveis. Ele não admite que dois contrários possam existir ao mesmo tempo. Um ser, diz ele, está vivo ou está morto. Parece-lhe inconcebível que um ser possa estar ao mesmo tempo, vivo e morto; entretanto, no corpo humano, por exemplo, a cada instante, novas células substituem as que morreram: a vida do corpo é, justamente, essa luta incessante entre forças contrárias.

“Rejeição da transformação, separação do que é inseparável, exclusão sistemática dos contrários, eis as características do método metafísico. Teremos oportunidade de estudá-las na lição que se segue, cotejando-as com as características do método dialético. Desde já, entretanto, podemos pressentir os perigos de um método metafísico, na pesquisa da verdade e na ação sobre o mundo. A metafísica deixa escapar, infalivelmente, a essência da realidade, que é a mudança incessante, a transformação. Ela não quer ver senão um aspecto dessa realidade infinitamente rica, e toma uma das partes pelo todo, uma árvore pela floresta inteira. Ela não se amolda à realidade, como o faz a dialética, mas quer forçar a realidade

vivente a se fixar nos seus quadros mortos. Tarefa destinada ao fracasso!

Conta uma velha lenda grega as proezas de um salteador, Procasto, que deitava as vítimas em um leito de pequenas dimensões. Se a vítima era muito grande, cortava-lhe as pernas para que coubesse na cama; se era muito pequena, esquartejava-a para que, aos pedaços, ocupasse todo o leito. Assim são tratados os fatos pela metafísica. Mas, eles resistem...

b) sua significação histórica

Antes de saber desenhar os objetos em movimento, é preciso aprender a desenhá-los imóveis. É, um pouco, a história da humanidade. Quando ela ainda não estava em condições de elaborar um método dialético, o método metafísico prestou-lhe grandes serviços.

O antigo método de pesquisa e de pensamento, que Hegel chama de «metafísico», que se ocupava de preferência com o estudo das coisas consideradas como objetos fixos dados, e cujas sobrevivências continuam a perturbar os espíritos, tinham, no seu tempo, sua grande justificação histórica. Era preciso, primeiramente, estudar as coisas, antes de poder estudar os processos (isto é, os movimentos e as transformações). Era preciso, primeiro, saber o que era tal ou qual coisa, antes de poder observar as modificações que nela se operavam. Assim, aconteceu com as ciências naturais. A metafísica antiga, que considerava as coisas como feitas em definitivo, era o produto da ciência da natureza, que estudava as coisas, mortas ou vivas, como imutáveis. [Engels]

No início, a ciência da natureza não podia proceder de outro modo. Era preciso, primeiro, reconhecer as espécies vivas, distingui-las cuidadosamente umas das outras, classificá-las; um vegetal não é um animal, um animal não é um vegetal etc. Na Física, do mesmo modo, foi preciso, primeiro, distinguir bem o calor, a luz, a massa etc. para evitar confusões e se dedicar, para começar, ao estudo dos fenômenos mais simples. Assim é que, por muito tempo, a ciência não pôde analisar o movimento. “Deu, Pois, importância essencial ao repouso. Depois, quando surgiu o estudo científico do movimento (com Galileu e Descartes), a Física se dedicou, primeiramente, à mais simples e à mais acessível forma de movimento: a mudança de lugar.

Mas, os progressos das ciências levaram à quebra dos quadros metafísicos. Quando o estudo da natureza avançou tanto que o progresso decisivo se tornou possível, isto é, quando foi possível passar ao estudo sistemático das modificações sofridas pelas coisas no seio da própria natureza, souou, no campo filosófico, o dobre de finados para a velha metafísica. [Engels]

II. O MÉTODO DIALÉTICO

a) suas características

A dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência. [Engels]

A dialética opõe-se, sob todos os pontos de vista, à metafísica. Não que a dialética não admita o repouso e a separação entre os diversos aspectos do real. Ela vê, no repouso, um aspecto relativo da realidade, enquanto que o movimento é absoluto; considera, igualmente, que toda separação é relativa, porque, na realidade, tudo se relaciona de uma forma ou de outra, tudo está em interação.

Atenta a todas as formas de movimento, não simplesmente à mudança de lugar, mas, também, às mudanças de estado como, por exemplo, a água líquida transformando-se em vapor d'água, a dialética explica o movimento pela luta dos contrários. Esta é a mais importante lei da dialética. O metafísico isola os contrários, considerando-os, sistematicamente, como incompatíveis. A dialética descobre que um não pode existir sem o outro, e que todo movimento, toda mudança, toda transformação são explicáveis pela luta dos contrários. Já mostramos nesta lição que a vida do corpo humano é produto da luta incessante entre forças de vida e forças de morte, vitória que a vida busca, sem cessar, alcançar sobre a morte, vitória que a morte disputa sem cessar à vida.

Todo ser orgânico, a cada instante, é e não é o mesmo; a cada instante assimila matérias estranhas e elimina outras; em cada instante perecem células de seu corpo, e outras se constituem; no fim de um tempo mais ou menos longo, a substância desse corpo foi totalmente renovada, foi substituída por outros átomos de matéria; assim, todo o ser organizado é constantemente o mesmo e também, outro. Considerando as coisas mais atentamente, veremos, ainda, que os polos de uma contradição, positivo e negativo, são tão inseparáveis quanto opostos e que, apesar de manterem todo o valor da antítese, eles se interpenetram; veremos, paralelamente, que causa e efeito são representações que não têm valor como tal, senão quando aplicadas a um caso particular; desde, porém, que consideremos esse caso particular em sua conexão geral com o conjunto do mundo, as representações se fundem e se resolvem em face da ação recíproca universal, onde causas e efeitos se permutam continuamente; o que é efeito, agora, ou aqui, passa a ser causa, logo mais, ou em outro lugar, e vice-versa. (1)

O mesmo acontece na sociedade; veremos que a luta dos contrários nela se dá sob a forma de luta de classes. A luta dos contrários é ainda o motor do pensamento.

b) sua formação histórica

Aos filósofos gregos cabe o mérito de ter esboçado a dialética. Eles concebiam o mundo como um todo. Heráclito ensinava que esse todo se transforma: «jamais entramos no mesmo rio», dizia ele.

A luta dos contrários já tinha, para eles, muita importância, principalmente para Platão, que acentua a fecundidade dessa luta; os contrários se geram mutuamente. A palavra dialética vem diretamente de *dialekein*, que significa discutir. Exprime a luta de ideias contrárias.

Entre os mais vigorosos pensadores do período moderno, especialmente Descartes e Espinosa, encontram-se notáveis exemplos do raciocínio dialético.

Foi, porém, Hegel (1770-1831), o grande filósofo alemão, cuja obra se desenvolveu no período subsequente à Revolução Francesa, quem devia formular pela primeira vez, de forma genial, o método dialético. Admirador da revolução burguesa que, triunfando na França, pôs abaixo a sociedade feudal, que se supunha eterna, Hegel realizou uma revolução análoga no plano das ideias: destronou a metafísica e suas verdades eternas. A verdade não é um conjunto de princípios definitivos. É um processo histórico, a passagem de graus inferiores para graus superiores do conhecimento. Seu movimento é o da própria ciência, que não progride senão sob a condição de ser crítica incessante de seus próprios resultados, a fim de poder superá-los. Vemos, assim, que, para Hegel, o motor de toda transformação é a luta dos contrários.

Entretanto, Hegel foi um idealista; o que equivale a dizer que, para ele, a natureza e a história humanas não eram mais do que uma manifestação, uma revelação da Ideia incriada. A dialética hegeliana era, pois, puramente espiritualista.

Marx (que foi, a princípio, discípulo de Hegel) soube reconhecer na dialética o único método científico. Mas, ele soube também, como materialista que era, colocá-la em seu devido lugar: repudiando a concepção idealista do mundo, segundo a qual o universo material é um produto da Ideia, ele compreendeu que as leis da dialética são as do mundo material e que, se o pensamento é dialético, é por que os homens não são alheios a esse mundo, mas fazem parte dele.

Para Hegel, escreveu Engels – amigo e colaborador de Marx – o desenvolvimento dialético, que se manifesta

na natureza e na história, isto é, o encadeamento causal do progresso, impondo-se do inferior ao superior, através de todos os movimentos em ziguezague e de todos os recuos momentâneos, não é senão o reflexo do automovimento pessoal da ideia, prosseguindo por toda a eternidade, não se sabe onde, mas, em todo caso, independentemente de qualquer cérebro humano pensante. Esta era a intromissão ideológica que precisava ser evitada. Consideramos as ideias de nosso cérebro, do ponto de vista materialista, como sendo o reflexo dos objetos, em lugar de considerar os objetos reais como sendo o reflexo de tal ou qual grau da ideia absoluta. Assim, a dialética ficou reduzida à ciência das leis gerais do movimento (tanto do mundo exterior, como do pensamento humano), a duas séries de leis, idênticas no fundo, mas diferentes na sua expressão, no sentido de que o cérebro humano pode aplicá-las conscientemente, enquanto que, na natureza, e até o presente, também na maior parte da história humana, elas não encontram o seu caminho senão de modo inconsciente, sob a forma da necessidade exterior, no seio de uma série infinita de acasos aparentes. Por isso, a dialética da própria não é mais do que o simples reflexo consciente do movimento dialético do mundo real e, assim sendo, a dialética de Hegel foi posta de cabeça para cima, ou mais exatamente, ela foi recolocada sobre seus pés. [Engels]

Em resumo, Marx rejeitou o invólucro idealista do sistema hegeliano, para manter o «núcleo racional», isto é, a dialética. Ele mesmo o diz claramente no segundo prefácio do *Capital* (janeiro de 1873):

“Meu método dialético não só difere basicamente do método hegeliano, como também é, exatamente, o oposto dele. Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele representa sob o nome de ideia, é o «demiurgo» da realidade, que, por sua vez, não é mais do que forma fenomenal da ideia. Para mim, ao contrário, o movimento do pensamento não é senão o reflexo do movimento real, transportado e transposto para o cérebro do homem”. (3)

De que modo, Marx e Engels foram levados a essa modificação decisiva? A resposta está em suas obras. Foi o impulso das ciências da natureza, nos fins do século XVIII, e nas primeiras décadas do século XIX, que os levou a pensar que a dialética tem um fundamento objetivo.

Três grandes descobertas tiveram, a respeito disto, um papel determinante:

- 1) A descoberta da célula viva, a partir da qual se desenvolvem os mais complexos organismos;
- 2) A descoberta da transformação da energia: calor, eletricidade, magnetismo, energia química etc. são

formas qualitativamente diferentes da mesma realidade material;

3) O transformismo de Darwin. Apoiando-se em dados da paleontologia e da pecuária, o transformismo mostrou que todos os seres vivos (entre eles se incluindo o homem) são produtos de uma evolução natural. [Darwin: A Origem das Espécies, 1859]

Essas descobertas, bem como o conjunto das ciências do tempo (por exemplo, a hipótese de Kant e de Laplace, que explica o sistema solar a partir de uma nebulosa; ou, ainda, o aparecimento da Geologia, que reconstitui a história do globo terrestre), punham em evidência o caráter dialético da natureza, considerada como unidade de um imenso todo que se desenvolve segundo leis necessárias, gerando, sem cessar, novos aspectos, e sendo a espécie humana e as sociedades humanas um momento dessa universal transformação.

Marx e Engels concluíram que, para compreender essa realidade profundamente dialética, era preciso renunciar ao método metafísico, que quebra a unidade do mundo e susta-lhe o movimento; tornava-se necessário um método dialético, aquele método que Hegel recolocara em posição honrosa, sem descobrir, contudo, seus fundamentos objetivos.

O método dialético não foi, pois, formulado por Marx e Engels arbitrariamente. Eles o tiraram das próprias ciências, que, por sua vez, têm por campo de estudos a natureza objetiva que é dialética.

É por isso que Marx e Engels, durante toda a vida, acompanharam de muito perto o progresso das ciências; o método dialético foi-se precisando à medida que o conhecimento do universo se tornava mais profundo. De acordo com Marx (que, de seu lado, dedicando-se a fundo à Economia Política, escrevia O Capital), Engels consagrou longos anos de minucioso estudo à filosofia e às ciências da natureza. Assim, escreveu (1877-78) o Anti-Dühring e começou a redação de vasta obra de síntese, Dialética da Natureza (5), da qual deixou inúmeros capítulos; obra que se inspira nas ciências da época, notavelmente aclaradas pelo método dialético. Essa fecundidade do método dialético devia conquistar, para o marxismo, em movimento cada vez mais amplo, grande número de cientistas, de todos os ramos do conhecimento. Na França, o grande físico Paul Langevin, tipo clássico de cientista, aderiu ao marxismo e foi também grande cidadão e admirável patriota.

Essa fecundidade do método dialético devia ser demonstrada por Marx e Engels. Combatentes revolucionários, tanto quanto homens de pensamento, resolveram, por serem dialéticos, o problema que seus mais geniais predecessores não tinham sabido propor corretamente: aplicando a dialética materialista à

história humana, fundaram efetivamente a ciência das sociedades (que tem por teoria geral o materialismo histórico)... Deram, desse modo, base científica ao socialismo.

Compreende-se, pois, que foi por interesse de classe que a burguesia declarou guerra à dialética. A dialética

“... é um escândalo e uma abominação para as classes dirigentes e seus ideólogos doutrinários, porque, na concepção positiva das coisas existentes, ela inclui simultaneamente, a compreensão de sua negação fatal, de sua destruição necessária, porque, apreendendo a dialética o próprio movimento, do qual toda a forma acabada não é mais do que uma configuração transitória, nada se lhe poderia impor: porque ela é essencialmente crítica e revolucionária”. [Marx]

Teremos oportunidade de mostrar que é por isso que a burguesia procura refúgio na metafísica.

Texto extraído do livro Princípios Fundamentais de Filosofia, de George Politzer.

Notas:

(1) Engels: Anti-Dühring. p. 54, Dois exemplos muito simples dessa interação, onde a causa se torna efeito e o efeito, causa: a água dos mares e dos rios, pela evaporação dá origem às nuvens, que, por sua vez, se condensam em chuva, que volta ao solo O sangue, posto em movimento pelo coração, tem necessidade dos pulmões que lhe dão oxigênio; os pulmões não podem trabalhar sem a circulação do sangue).

(2) Um belíssimo exemplo da dialética platônica é dado por um dos seus mais célebres diálogos: Le Phédon.

(3) Marx, I. Livro I, Tomo I, pág. 29. (A palavra demiurgo tem aqui o sentido de criador; a forma fenomenal da ideia significa “a aparência exterior de que a ideia se reveste.” (A ideia para Hegel, é a essência das coisas.)

PROLETÁRIOS E COMUNISTAS

Karl Marx e Friedrich Engels

Qual a posição dos comunistas diante dos proletários em geral? Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

Não têm interesses que os separem do proletariado em geral.

Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretenderiam modelar o movimento operário.

Os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.

Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resolvida dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários:

- constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.

- As concepções teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos. A abolição das relações de propriedade que têm existido até hoje não é uma característica peculiar e exclusiva do comunismo.

Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada. Censuram-nos, a nós comunistas, o querer

abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda liberdade, de toda independência individual.

A propriedade pessoal, fruto do trabalho e do mérito! Pretende-se falar da propriedade do pequeno burguês, do pequeno camponês, forma de propriedade anterior à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la, porque o progresso da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. Ou por ventura pretende-se falar da propriedade privada atual, da propriedade burguesa?

Mas, o trabalho do proletário, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? De nenhum modo. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente. Em sua forma atual a propriedade se move entre os dois termos antagônicos: capital e trabalho.

Examinemos os dois termos dessa antinomia.

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo: só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, e mesmo, em última instância, pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade.

O capital não é, pois, uma força pessoal; é uma força social. Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi apenas o caráter social da propriedade.

Esta, perde seu caráter de classe.

Passemos ao trabalho assalariado.

O preço médio que se paga pelo trabalho assalariado é o mínimo de salário, isto é, a soma dos meios de subsistência necessária para que o operário viva como operário. Por conseguinte, o que o operário obtém com o seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução de sua vida. Não queremos de nenhum modo abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana, pois essa apropriação não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. O que queremos é suprimir o caráter miserável desta apropriação que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é sempre

um meio de ampliar, enriquecer e melhorar cada vez mais a existência dos trabalhadores.

Na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem personalidade. É a abolição de semelhante estado de coisas que a burguesia verbera como a abolição da individualidade e da liberdade. E com razão. Porque se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa.

Por liberdade, nas condições atuais da produção burguesa, compreende-se a liberdade de comércio, a liberdade de comprar e vender.

Mas, se o tráfico desaparece, desaparecerá também a liberdade de traficar. Demais, toda a fraseologia sobre a liberdade de comércio, bem como todas as bazófilas liberais de nossa burguesia só têm sentido quando se referem ao comércio tolhido e ao burguês oprimido da Idade Média; nenhum sentido tem quando se trata da abolição comunista do tráfico, das relações burguesas de produção e da própria burguesia.

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade.

Em resumo, acusai-nos de querer abolir vossa propriedade. De fato, é isso que queremos.

Desde o momento em que o trabalho não mais pode ser convertido em capital, em dinheiro, em renda da terra, numa palavra, em poder social capaz de ser monopolizado, isto é, desde o momento em que a propriedade individual não possa mais se converter em propriedade burguesa, declarais que a individualidade está suprimida.

Confessais, pois, que quando falais do indivíduo, quereis referir-vos unicamente ao burguês, ao proprietário burguês. E este indivíduo, sem dúvida, deve ser suprimido.

O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação.

Alega-se ainda que, com a abolição da propriedade privada, toda a atividade cessaria, uma inércia geral apoderar-se-ia do mundo.

Se isso fosse verdade, há muito que a sociedade burguesa teria sucumbido à ociosidade, pois que os que no regime burguês trabalham não lucram e os que

lucram não trabalham. Toda a objeção se reduz a essa tautologia: não haverá mais trabalho assalariado quando não mais existir capital.

As acusações feitas contra o modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais têm sido feitas igualmente contra a produção e a apropriação dos produtos do trabalho intelectual. Assim como o desaparecimento da propriedade de classe equivale, para o burguês, ao desaparecimento de toda a produção, também o desaparecimento da cultura de classe significa, para ele, o desaparecimento de toda a cultura.

A cultura, cuja perda o burguês deplora, é, para a imensa maioria dos homens, apenas um adiestramento que os transforma em máquinas.

Mas não discutais conosco enquanto aplicardes à abolição da propriedade burguesa o critério de vossas noções burguesas de liberdade, cultura, direito, etc. Vossas próprias ideias decorrem do regime burguês de produção e de propriedade burguesa, assim como vosso direito não passa da vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vossa existência como classe.

A falsa concepção interesseira que vos leva a erigir em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas do vosso modo de produção e de propriedade - relações transitórias que surgem e desaparecem no curso da produção - a compartilhais com todas as classes dominantes já desaparecidas. O que admitis para a propriedade antiga, o que admitis para a propriedade feudal, já não vos atreveis a admitir para a propriedade burguesa.

Abolição da família! Até os mais radicais ficam indignados diante desse desígnio infame dos comunistas.

Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? No capital, no ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada da família para o proletário e na prostituição pública.

A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e uma e outra desaparecerão com o desaparecimento do capital.

Acusai-nos de querer abolir a exploração das crianças por seus próprios pais? Confessamos este crime.

Dizeis também que destruímos os vínculos mais íntimos, substituindo a educação doméstica pela educação social. E vossa educação não é também determinada pela sociedade, pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade por meio de vossas escolas, etc.? Os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação à influência da classe dominante.

As declamações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares do proletário e transforma as crianças em simples objetos de comércio, em simples instrumentos de trabalho.

Toda a burguesia grita em coro: "Vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres!"

Para o burguês, sua mulher nada mais é que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que haverá comunidade de mulheres. Não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel atual de simples instrumento de produção.

Nada mais grotesco, aliás, que a virtuosa indignação que, a nossos burgueses, inspira a pretensa comunidade oficial das mulheres que adotariam os comunistas. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade das mulheres. Esta quase sempre existiu.

Nossos burgueses, não contentes em ter à sua disposição as mulheres e as filhas dos proletários, sem falar da prostituição oficial, têm singular prazer em cornearem-se uns aos outros.

O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas. No máximo, poderiam acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres, hipócrita e dissimulada, por outra que seria franca e oficial. De resto, é evidente que, com a abolição das relações de produção atuais, a comunidade das mulheres que deriva dessas relações, isto é, a prostituição oficial e não oficial, desaparecerá.

Além disso, os comunistas são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade.

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra.

As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhe correspondem.

A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação.

Suprimi a exploração do homem pelo homem e tereis suprimido a exploração de uma nação por outra.

Quando os antagonismos de classe, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações.

Quanto às acusações feitas aos comunistas em nome da religião, da filosofia e da ideologia em geral, não merecem um exame aprofundado.

Será preciso grande perspicácia para compreender que as ideias, as noções e as concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social?

Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que, no seio da velha sociedade, se formaram os elementos de uma nova sociedade e que a dissolução das velhas ideias marcha de par com a dissolução das antigas condições de vida.

Quando o mundo antigo declinava, as velhas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias racionalistas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento.

"Sem dúvida - dir-se-á - as ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas, etc. modificaram-se no curso do desenvolvimento histórico, mas a religião, a moral, a filosofia, a política, o direito mantiveram-se sempre através dessas transformações. Além disso, há verdades eternas, como a liberdade, a justiça, etc., que são comuns a todos os regimes sociais. Mas o comunismo quer abolir estas verdades eternas, quer abolir a religião e a moral, em lugar de lhes dar uma nova forma, e isso contradiz todo o desenvolvimento histórico anterior".

A que se reduz essa acusação? A história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classe, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas.

Mas qualquer que tenha sido a forma desses antagonismos, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores. Portanto, nada há de espantoso que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda sua variedade e diversidade, se tenha movido sempre sob certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente com o desaparecimento total dos antagonismos de classe.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; nada de

estranho, portanto, que no curso de seu desenvolvimento, rompa, do modo mais radical, com as ideias tradicionais.

Mas deixemos de lado as objeções feitas pela burguesia ao comunismo.

Vimos acima que a primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas.

Isto naturalmente só poderá realizar-se, a princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção.

Essas medidas, é claro, serão diferentes nos vários países.

Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas em prática:

1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
6. Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.
7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
8. Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo.
10. Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção propriamente dita nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, se se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, justamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos.

NOTAS:

1. Este texto foi extraído do "Manifesto do Partido Comunista", parte 2 de 4.
2. Este texto foi revisado e corrigido pelo professor segundo as normas atuais da língua.

FONTE: Extraído de:

http://sociologia.dominiotemporario.com/doc/O_MANIFESTO_COMUNISTA.pdf

CONCEITOS

Cultura – conjunto de práticas e hábitos produzido por qualquer sociedade, desde as técnicas de subsistência até as preferências estéticas, passando por religião, economia, medicina, etc.

etnia – população ou grupo social distinto de outros grupos por sua especificidade cultural e linguística e por compartilhar história e origem comuns.

etnocentrismo – forma de pensar os “outros” (populações, povos, minorias) a partir de normas e valores de nossa própria sociedade ou cultura. Na medida em que esses “outros” não se encaixam em nossos valores, a tendência é rejeitá-los como inferiores, primitivos, selvagens, excêntricos, etc. Ao adotar valores da própria sociedade como parâmetro para medir todas as demais, o pensamento etnocêntrico resulta em racismo e preconceito de várias ordens (de gênero, étnicos, etc.).

colonialismo – sistema ou orientação política de que uma nação lança mão para manter sob seu domínio os destinos de outra, procurando submetê-la nos setores econômico, político e cultural.

imperialismo – política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras.

Fonte: “Sociologia Hoje”. Machado, Amorim e Barros. Ed Ática.

CONCEITOS & DISCUSSÕES

Grupo social

Procurando o verbete "grupo social" no dicionário Aurélio, encontramos a seguinte definição: "Forma básica da associação humana; agregado social que tem uma entidade [individualidade] e vida própria, e se considera como um todo, com suas tradições morais e materiais".

Para o psicanalista argentino José Bleger, "um grupo é um conjunto de pessoas que entram em interação, mas, além disso, o grupo é, fundamentalmente, uma sociabilidade estabelecida".

Complementando o conceito de Bleger sobre o que é um grupo social, o filósofo francês Jean-Paul Sartre afirma que "enquanto não se estabelecer a interação não existe grupo, há somente uma serialidade, em que cada indivíduo é equivalente a outro e todos constituem um número de pessoas equiparáveis e sem distinção entre si". (Um exemplo de serialidade são pessoas numa fila de ônibus ou de cinema. Elas estão juntas, mas não interagem, pois não se comunicam entre si. Não formam, portanto, um grupo.)

Seja qual for a definição, uma coisa é certa: grupo social sempre significa a reunião de pessoas que estão mutuamente em interação (duas pessoas já podem formar um grupo). A partir daí cada ciência amplia o conceito de acordo com o objeto e objetivo de seus estudos.

Para a Sociologia, grupo social é toda reunião mais ou menos estável de duas ou mais pessoas associadas pela interação. Devido à interação social, os grupos têm de manter alguma forma de organização, no sentido de realizar ações conjuntas de interesse comum a todos os seus membros.

Os grupos sociais apresentam normas, hábitos e costumes próprios, divisão de funções e posições sociais definidas. Como exemplos podemos apontar a família, a escola, a igreja, o clube, a nação, etc.

Principais grupos sociais: grupo familiar, grupo vicinal, grupo educativo, grupo religioso, grupo de lazer, grupo profissional e grupo político.

Principais características dos grupos sociais

Os grupos sociais se caracterizam por ter:

- pluralidade de indivíduos
- interação social

- organização
- objetividade e exterioridade
- conteúdo intencional ou objetivo comum
- consciência grupal ou sentimento de "nós"
- continuidade.

Tipos de grupos sociais

Como os contatos sociais, os grupo sociais podem ser classificados em:

- grupos primários - predomínio dos contatos primários (pessoais diretos), caracterizados pela intimidade e cooperação - família, vizinhos, grupo de lazer.

- grupos secundários - possui certas características que se apresentam como opostas às do grupo primário. As relações geralmente são estabelecidas por contato indireto e, no caso de serem por contato direto, são passageiras e desprovidas de intimidade; as relações são ainda formais e impessoais. Ex: o coletivo de um ônibus.

Agregados

Para o sociólogo Karl Mannheim existem sensíveis diferenças entre grupos sociais e agregados sociais.

Agregado social é uma reunião de pessoas com fraco sentimento grupal e frouxamente aglomeradas. Mesmo assim, conseguem manter entre si um mínimo de comunicação e de relações sociais.

O agregado social se caracteriza por não ser organizado - não tem estrutura estável nem hierarquia de posições e funções. As pessoas que dele participam são relativamente anônimas, isto é, são praticamente desconhecidas entre si. O contato social entre elas é limitado e de pequena duração.

Tipos de agregados

- **multidão** - se caracterizam por falta de organização, anonimato, objetivos comuns, indiferenciação (todos são iguais), proximidade física. Ex: reunião de foliões no carnaval ou multidão observando um incêndio.

- **público** - é um agrupamento de pessoas que seguem os mesmos estímulos. Ex: público de uma partida de futebol;

- **massa** - consiste num agrupamento relativamente grande de pessoas separadas e desconhecidas uma das outras e que recebem, de maneira mais ou menos passiva, opiniões formadas, que são veiculadas pela mídia.

Identidade

Na Grécia Antiga, o filósofo pré-socrático Parmênides de Eléia trouxe à tona o que chamou de "princípio de identidade ou princípio da não-contradição", cuja síntese se expressa na seguinte frase: "ou uma coisa é ou não é". De outra forma: "o ser é; o não-ser não é".

Parmênides é contemporâneo e arquiinimigo de Heráclito de Éfeso. Heráclito é considerado o pai da dialética, que ensinava que "tudo flui e que, portanto, uma coisa 'é' e 'não-é' ao mesmo tempo". Com isto, Heráclito abre caminho para a discussão e compreensão do movimento ou das coisas em movimento, na época, considerado algo caótico, incompreensível, portanto, incognoscível.

A posição de Parmênides foi defendida por Platão de Atenas, que costumava chamá-lo de "O Grande Parmênides". O princípio da identidade, em termos políticos, é de matiz conservador, ao adotar a perspectiva de que nada muda e que tudo carrega em si sua própria essência. Logo é uma perspectiva conceitual, classificatória e defensora da ordem (que naquela época era escravagista). Não aceitava a crítica ou a revisão de conceitos, pois que estes eram considerados definitivos e imutáveis.

OUTROS USOS DO TERMO - Além da origem filosófica do termo, ele é usado também em diversas outras áreas, tais como na psicologia, na psicologia social e na matemática ($A=B$, se todas as propriedades que caracterizam A caracterizarem também B - lei de Leibniz ou da identidade abstrata).

Identificação

Segundo o 'Dicionário de Ciências Sociais', da Fundação Getúlio Vargas, "Em sentido geral, identificação designa: a) reconhecimento de outro por um aspecto, propriedade ou atributo: identificar alguém; b) assimilação de um aspecto, propriedade ou atributo de outro: identificar-se".

"O 'identificar-se' é o processo que vai dar condições ao crescimento do psiquismo. A fantasia facilita a identificação". (Idem)

"Inicialmente coube a S. Freud, fundando-se na existência do inconsciente, buscar uma nova explicação para fatos antes mencionados como imitação, estabelecendo assim o conceito de identificação; mas é sobretudo em M. Klein que fica evidente, através da fantasia, o processo de produção da identificação". (Idem)

Identidade e diferença

"A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O

poder de definir a identidade e de marcar presença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes". (Tomaz Tadeu da Silva)

Art. 5º. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". (Constituição Brasileira, 2002, p. 15).

"Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. (Boaventura de Souza Santos)

A identidade em questão

O trecho a seguir é de Stuart Hall, em "A identidade cultural na pós-modernidade":

«A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

(...) as identidades estão sendo "descentradas", isto é, deslocadas ou fragmentadas. (...)

(...) Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (Mercer, 1990, p. 43).»

"Ciladas da diferença" e "Em defesa da História"

O texto a seguir é uma resenha, extraída da Internet, elaborada por Marcelo Coelho sobre os dois livros citados acima.

«O ser humano não existe: existem ingleses, chineses, americanos.

O americano não existe: existem mulheres americanas, negros americanos, gays americanos. A mulher americana não existe: existem mulheres americanas negras, mulheres americanas gays. A mulher americana negra não existe: existem mulheres americanas negras de classe média, mulheres americanas negras operárias...

Isto não é tudo. As classes sociais também não existem. Há grupos que se redefinem a cada momento, a cada circunstância: motoristas de táxi se dissolvem em corintianos ou palmeirenses, que se dissolvem em adolescentes ou velhos, que se constroem enquanto moradores do Bixiga ou da Lapa.

A Lapa não existe: é uma construção imaginária, uma identidade geográfica criada segundo juízos de valor, experiências subjetivas, jogos de linguagem sedimentados historicamente.

Só que a história não existe tampouco: existem ficções, narrativas que podemos organizar conforme uma estrutura de começo, meio e fim, mas que sempre irão trair a arbitrariedade básica com a qual cada sujeito compõe os dados da realidade. Lembre-se também que o sujeito não existe: é um campo onde se entrecruzam percepções, desejos, linguagens. De resto, a realidade não existe tampouco.

Bobagens como as escritas acima correm o risco, atualmente, de passar como puro senso comum. Com maior ou menor intensidade, volta e meia topamos com raciocínios desse tipo, que correspondem a uma espécie de vulgata pós-moderna. É um grande alívio, nesse quadro de relativismo exacerbado, ler livros como "Ciladas da Diferença" ou "Em Defesa da História". No primeiro, o sociólogo Antônio Flávio Pierucci

desmonta, com clareza e bom humor, os paradoxos a que leva o culto contemporâneo à "identidade" (social, racial, cultural, sexual etc.). A crítica ao "ser humano abstrato", hoje tão disseminada entre a esquerda pós-moderna e os teóricos mais radicais dos movimentos negro e feminista nos Estados Unidos, passa hoje em dia por ser coisa avançada. Nota Pierucci, entretanto, que suas raízes podem ser encontradas no extremo oposto do espectro político.

No século passado, teóricos ultraconservadores como Edmund Burke e Joseph de Maistre, em plena luta contra a ideia de direitos humanos universais, aferravam-se à constatação empírica das "diferenças". De Joseph de Maistre, Pierucci cita uma frase tirada das "Considerações sobre a França": "O homem (universal) não existe. Em minha vida eu vi franceses, italianos, russos etc. (...) Quanto ao homem, contudo, declaro que nunca o encontrei". Mais de cem anos depois, o "elogio da diferença" se torna um tema da "nova esquerda", que, contudo, não pode deixar de lado o tema clássico da igualdade. Pierucci ironiza: "Como se vê, tudo parece muito simples, muito claro: "Os seres humanos são diferentes, mas iguais". Neste jogo de linguagem, tudo se passa inocentemente como se não fosse também um jogo de palavras". É como se a luta contra as várias discriminações, a luta por direitos iguais, estivesse imbricada com outra luta, na qual se procura afirmar a identidade, o valor, a originalidade de um grupo. O que, em si, não encerra nenhuma contradição.

Mas, diz Pierucci, quando o movimento negro, por exemplo, vem afirmar que "negro é diferente", isto será repetir algo que os racistas sempre disseram: "Legítima que a diferença seja enfocada e as distâncias, alargadas... essa atmosfera pós-moderna que muitos de nós hoje respiramos nos ambientes de esquerda, essa onda de celebração neobarroca das diferenças, de apego às singularidades culturais (...), tudo isso assusta muito pouco as cabeças de direita...". O que provoca ojeriza na direita é "ainda hoje, 200 anos depois, o discurso dos direitos humanos, o discurso revolucionário da igualdade". No fundo, o problema dessa e outras "ciladas" talvez seja redutível a um mal-entendido linguístico: só posso defender quem é "diferente" em nome da igualdade; mas a defesa do "diferente" passa a se chamar, num modismo pós-moderno, defesa da "Diferença", com letras maiúsculas... e aí, evidentemente, a igualdade fica falando sozinha.

Com ensaios que tratam desde a mentalidade do eleitor de direita na cidade de São Paulo até as mudanças no feminismo americano, "Ciladas da Diferença" mantém uma admirável unidade de argumentação, que se aproxima bastante da de alguns textos reunidos no livro "Em Defesa da História". O escritor Kenan Malik, por exemplo, em "O Espelho da Raça: O Pós-modernismo e a Louvação da Diferença", nota que "a crítica pós-moderna ao universalismo, longe de formular uma crítica à teoria racial, apropria-se, na verdade, de muitos de seus temas e reproduz os próprios pressupostos sobre os quais, historicamente, assentou-se o racismo". Mas este é apenas um dos temas do volume, que surge como uma impressionante máquina teórica contra os vários cacoetes da teoria pós-moderna. A introdução do volume, escrita por Ellen Meiksins Wood -editora da publicação inglesa de esquerda "The Monthly Review"- aponta de forma demolidora a falta de novidade de temas como "o fim da história", "a fragmentação do sujeito" ou o antiuniversalismo pós-moderno.

A ironia de tudo, diz a autora, é que se insiste na fragmentação e no particularismo num momento em que, como nunca, o capitalismo se tornou uma realidade totalizante num grau sem precedentes. Marxista do começo ao fim, com grande vigor crítico e variedade de enfoques - e, sobretudo, sem nenhum ranço "pré-queda do Muro de Berlim"-, o livro traz ensaios de teóricos conhecidos no Brasil, como Terry Eagleton ("De

Onde Vêm os Pós-modernistas?") e Fredric Jameson ("Cinco Teses Sobre o Marxismo Realmente Existente"), nenhum dos dois, a meu ver, no melhor de sua forma. É graças às contribuições de Aijaz Ahmad (sobre cultura nos países "pós-coloniais"), de Bryan Palmer (sobre a pertinência do conceito de classes sociais), de Meera Nanda (contra a "desconstrução" do conhecimento científico) e de Carol Stable (sobre feminismo) que este volume se faz indispensável. Pelo menos para quem esteja farto do oba-oba pós-moderno.»

Fonte: http://www.cliohistoria.110mb.com/biblioteca/resenhas/ciladas_marcelo.html

FRASE PARA REFLETIR:

"A humanidade só saiu da barbárie mental primitiva quando se evadiu do caos das suas velhas lendas e não temeu mais o poder dos taumaturgos, dos oráculos e dos feiticeiros. Os ocultistas de todos os séculos não descobriram nenhuma verdade ignorada, ao passo que os métodos científicos fizeram surgir do nada um mundo de maravilhas. Abandonemos às imaginações mórbidas essa legião de larvas, de espíritos, de fantasmas e de filhos da noite – e que, no futuro, uma luz suficiente os dissipe para sempre."

(Gustave Le Bon - 1841-1931. Sociólogo)

As chaves para entender o fascismo

por Luis Britto García.

1. Hollywood representa o fascismo como bando de mal-encarados uniformizados que agitam estandartes e gritam palavras de ordens. A realidade é mais perversa. Segundo Franz Leopold Neumann em '*Behemoth: The Structure & Practice of National Socialism: 1933-1944*', o fascismo é a cumplicidade absoluta entre o grande capital e o Estado. Quando os interesses do grande capital passam a ser os da política, anda próximo o fascismo. Não é casual que surja como resposta à Revolução comunista da União Soviética.

2. O fascismo nega a luta de classes, mas é o braço armado do capital nela. Aterroriza a baixa classe média e os setores marginalizados (com o pavor à crise econômica, à esquerda e à proletarianização) e os usam como paramilitares para aniquilar, pela força bruta, socialistas, sindicalistas, operários e os movimentos sociais. Mussolini foi subvencionado pela fábrica de armas Ansaldo e pelo Serviço Secreto inglês; Hitler foi financiado pelas indústrias armamentistas do Ruhr; Franco, apoiado por latifundiários e industriais; Pinochet pelos Estados Unidos e pela oligarquia chilena.

3. A crise econômica, filha do capitalismo, é por sua vez a mãe do fascismo. Apesar de estar no lado vencedor na Primeira Guerra Mundial, a Itália sai dela tão destruída que a classe média arruinada participa massivamente na Marcha sobre Roma de Mussolini. Na eleição de maio de 1924, Hitler obteve apenas 6,5% dos votos. Nas de dezembro desse mesmo ano, só 3,0%. Já nas de 1928, quando arrebenta a grande crise capitalista, obtém 2,6%; em 1930, ganha 18,3%; e em 1932, 37,2%, com o qual acede ao poder e o utiliza para anular os demais partidos. Porém o fascismo não termina com a crise: faz a crise piorar. Durante Mussolini, o custo de vida se triplicou sem nenhuma compensação salarial nem social. Hitler usou os desempregados para fabricar armamentos que conduziram à Segunda Guerra Mundial, a qual devastou a Europa e causou sessenta milhões de mortos. Franco inicia uma Guerra Civil que custa mais de um milhão de mortos e várias décadas de ruína; os fascistas argentinos eliminam cerca de trinta mil compatriotas, Pinochet assassinou pelo menos três mil chilenos. Tão mal é o remédio como a doença.

4. O fascismo convoca as massas, mas é elitista. Corteja e serve às aristocracias. Seus dirigentes são oriundos das classes altas e instauram sistemas hierárquicos e autoritários. Charles Maier, historiador, lembra que em 1927, 75% dos membros do partido fascista italiano originavam-se da classe média e média baixa; só 15% eram operários, e cerca de 10% procediam das elites, as quais, contudo, ocupavam as mais altas posições e eram estas que definitivamente traçavam seus objetivos e políticas. Hitler estabeleceu o 'Führer-Prinzip': cada funcionário usa seus subordinados como lhe parece para alcançar a meta, e rende contas apenas ao superior. O Caudilho (ou insuflador de massas) responde só ante Deus e a História, ou melhor, ante ninguém.

5. O fascismo é racista. Hitler postulou a superioridade da 'raça' ariana, Mussolini arrasou com líbios e abissínicos, e planejou o sacrifício de meio milhão de escravos 'bárbaros e inferiores' a favor de 50.000 italianos 'superiores'. O fascismo sacrifica os povos ou culturas que deprecia para obter seus fins. As brigadas fascistas tomaram a Espanha com ajuda das tropas mouras de Melilla. Albert Speer, o ministro da Indústria de Hitler, esticou a Segunda Guerra Mundial por dois a três anos mais com base na produção armamentista ativada por três milhões de escravos de raças 'inferiores'.

6. Fascismo e capitalismo possuem rostos raivosos e aborrecidos que necessitam de máscaras. Os fascistas copiam consignas e programas revolucionários. Mussolini se dizia socialista, o nazismo usurpou o nome 'socialismo' e se proclamou partido operário (Arbeit); em seu programa sustentava que não se devia tolerar outra renda que a do trabalho. Por sua falta de criatividade, roubam os símbolos de movimentos de propósitos opostos. Os estandartes vermelhos dos comunistas e a cruz gamada, símbolo solar que no Oriente representa a vida e a boa fortuna, foram confiscados pelos nazis para seu culto da morte.

7. O fascismo é beato. Os curas apoiaram os bandos que saíam a matar o próximo e a fuzilar poetas. O Papa benzeu as tropas que Mussolini mandou à guerra; nunca denunciou os atropelos de Hitler. Franco e Pinochet foram idolatrados pela Igreja.

8. O fascismo é misógino. A missão das mulheres se resume em Kirche, Kuchen, Kinder, ou seja: igreja, cozinha, crianças. Nunca figurou publicamente uma companheira ao lado de seus líderes; os que as tiveram, as esconderam ou as relegaram minuciosamente. Nunca aceitaram que uma mulher ascendesse por mérito próprio ou livre iniciativa. Hitler as encarcerou em centros de reprodução de criança para parir arianos; Mussolini lhe designou o papel de parideiras para assim incrementar a demografia italiana; Franco e Pinochet as confinaram nas igrejas e nas salas de parto.

9. O fascismo é anti-intelectual. Todas as vanguardas do século passado foram progressistas: a relatividade, o expressionismo, o dadaísmo, o surrealismo, o construtivismo, o cubismo, o existencialismo, a nova figuração. A todas, com exceção do futurismo, o fascismo as tratou como 'Arte Degenerada'. O fascismo não inventa, recicla. Só acredita no passado, um passado imaginário que nunca existiu. O fascismo assassinou Matteotti (político socialista italiano), prendeu Gramsci (secretário geral do partido comunista italiano), fuzilou García Lorca (poeta espanhol) e fez morrer no cárcere José Hernández. Pinochet assassinou Víctor Jara (grande músico chileno). "Quando ouço falar de cultura, saco minha pistola", dizia o nazista Goering. Quando ouvirmos falar de fascismo, saquemos nossa cultura!

Caracas, 19/02/14. Fonte: AVN. (Traduzido para o português pelo professor Renato Fialho Jr.)

Capitalismo & Barbárie

Descrição da barbárie	vítimas
As últimas repressões antiíndígenas nos Estados Unidos que marcaram o fim do genocídio iniciado no século XIX	100.000 mortos
A guerra anglo-boer pelo controle da África do Sul em 1902	100.000 mortos
Vítimas das conquistas coloniais do final do século XIX e do início do século XX (entre as quais a conquista da Coreia pelo Japão em 1908)	500.000 mortos
A guerra russo-japonesa (1904-1905) - (Só a batalha de Moukden fez mais de 100 mil mortos)	300.000 mortos
A repressão da Revolução de 1905 na Rússia	100.000 mortos
A guerra ítalo-turca pela Tripolitânia (1911)	50.000 mortos
As guerras balcânicas (1912-1913), da Turquia, Sérvia, Bulgária	500.000 mortos
O genocídio dos armênios na Turquia	1.000.000 mortos
A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	8.500.000 mortos
A guerra civil na URSS, as fomes e as epidemias em consequência das intervenções estrangeiras e ao bloqueio pelo Ocidente	6.000.000 mortos
As repressões aos movimentos revolucionários em vários países da Europa: Finlândia, países bálticos, Hungria, Alemanha, Polônia, Romênia, Bulgária (1918-1923)	200.000 mortos
A guerra greco-turca (1920-1922)	100.000 mortos
As vítimas do fascismo na Europa antes da Segunda Guerra Mundial (1924-1939)	150.000 mortos
A guerra franco-espanhola contra os marroquinos (1925-1926)	50.000 mortos
As intervenções militares dos EUA na América Central, na América do Sul e no Caribe (1910-1940)	50.000 mortos
A guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai pelo petróleo (1931-1935)	150.000 mortos
As vítimas da fome e das epidemias na Índia, na China e na Indochina (1900- 1945) - (6 milhões só na China).	8.000.000 mortos
As repressões em massa e a guerra civil desencadeadas por Chiang Kai-chek na China (1927-1937)	1.000.000 mortos
A guerra do fascismo italiano na Etiópia	200.000 mortos
A agressão do Japão à China (1931-1941)	1.000.000 mortos
A guerra civil na Espanha, desencadeada por Franco, apoiada por Hitler e Mussolini e favorecida pela 'não-intervenção'	700.000 mortos
A Segunda Guerra Mundial, provocada pela Alemanha e pelo Japão militaristas, que foi também o resultado de capitulações sucessivas dos países capitalistas ocidentais perante o nazismo na Europa e perante o Japão na Ásia (1939- 1945). Vítimas militares e civis, incluindo deportados e o Holocausto	50.000.000 mortos
A guerra francesa na Indochina (1946-1954 e 1955-1975)	1.200.000 mortos
A guerra americana no Vietnã (1956-1975)	2.000.000 mortos

As repressões colonialistas do pós-guerra, entre as quais as de Madagascar, da Argélia (1945), de Marrocos, da Tunísia, da África Negra	500.000 mortos
A guerra na Argélia (1956- 1962)	1.200.000 mortos
Os massacres anticomunistas na Indonésia depois de setembro de 1965	1.500.000 mortos
As guerras e as repressões em Bengala oriental, Bangladesh (segundo a Anistia Internacional)	3.000.000 mortos
Os massacres indo-paquistaneses após a divisão da Índia (1948) (14 milhões de pessoas deslocadas) = 300 MIL MORTOS (algumas fontes falam em 10 milhões de mortos).	300.000 mortos
As quatro guerras árabe-israelenses no Oriente Médio (1948-1956-1967-1973), entre as quais a guerra do Líbano = 300 MIL MORTOS E 700 MIL PALESTINOS EXILADOS.	300.000 mortos
As repressões aos curdos da Turquia, do Irã e do Iraque	200.000 mortos
A guerra em Biafra (Nigéria) - 1967-1970	1.000.000 mortos
A guerra Irã-Iraque	600.000 mortos
A Guerra do Golfo (1991), vítimas diretas	200.000 mortos
Vítimas da subnutrição em função do bloqueio ao Iraque	500.000 mortos
As intervenções diretas americanas ou pela guerrilha e grupos paramilitares na Nicarágua, em El Salvador, Guatemala, Panamá, República Dominicana etc.	200.000 mortos
A guerra em Timor-Leste	200.000 mortos
A repressão no Chile, na Argentina, no Brasil, no Peru, na Bolívia, na Colômbia etc., em geral apoiada pelos serviços americanos	150.000 mortos
Os conflitos étnicos na Transcaucásia e Ásia Central (1990-1995) entre os quais a guerra na Chechênia em 1995	200.000 mortos
As guerras em Angola e em Moçambique	3.000.000 mortos
Os massacres na Somália, na Libéria, em Ruanda, (genocídio Tutsi, 500 mil), Burundi, Serra Leoa, Congo,Zaire, Congo-Brazaville etc. (1990-1997) e na África do Sul do apartheid. No que diz respeito à África, incluímos as vítimas da fome (Sahel, Somália, Etiópia) e as vítimas da falta de assistência, em particular os refugiados	4.000.000 mortos
A guerra fundamentalista no Afeganistão depois da queda do último governo progressista	700.000 mortos
As guerras e os massacres étnicos na ex-Iugoslávia provocados pelo desmembramento do país e encorajados pela Alemanha e por outras potências ocidentais (1990-1996)	200.000 mortos
Apenas entre 1990 e 1995, as guerras provocaram, em três quartos da população mundial, 5,5 milhões de mortos civis (Europa 250 mil, Ásia 1,5 milhão, Oriente Médio e Próximo 200 mil, África 3,5 milhões).	5.500.000 mortos
Os refugiados e exilados eram estimados em quarenta milhões em 1997. Morte por subnutrição (só no ano de 1997) = 6 milhões de crianças.	6.000.000 mortos
TOTAL DE VÍTIMAS DA BARBÁRIE CAPITALISTA:	111.400.000 mortos

Fonte: Perrault. G. 'O livro negro do capitalismo'.